

## TRÊS MODELOS EXPLICATIVOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO SUDESTE DA AMAZÔNIA LEGAL – CASO DE PALMAS-TO

### *THREE MODELS EXPLANATION OF PRODUCTION SPACE IN THE AMAZON SOUTHERN LEGAL - PALMS-TO CASE*

Diógenes Alencar Bolwerk<sup>1</sup>

Mestrando do Programa de Geografia da Universidade Federal do Tocantins

[diogenes.bolwerk@hotmail.com](mailto:diogenes.bolwerk@hotmail.com)

Roberto de Souza Santos<sup>2</sup>

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Tocantins

[robertosantos@uft.edu.br](mailto:robertosantos@uft.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo visa à discussão de três modelos explicativos da produção do espaço no Sudeste da Amazônia Legal, tendo como análise o estado do Tocantins e em especificidade à capital Palmas. As discussões perpassam pela análise geopolítica da região no qual o primeiro modelo explicativo fundamenta suas ideias na geografia-histórica da produção do espaço. O segundo modelo procura as bases da teoria econômica sucessória rangeliana estabelecendo assim um pacto social, e finalmente apresenta o modelo de produção e reprodução do espaço em Rosa Luxemburg, isto é, o capitalismo no processo de dominação do espaço cria e recria relações não-capitalistas para reproduzir seu *modus operandi* na região. O estudo é uma revisão bibliográfica e resultado de pesquisa de campo durante o curso de mestrado em geografia em Porto Nacional-TO, que tem como finalidade suscitar discussões sobre as formas e estratégias do grande capitalismo no Sudeste da Amazônia Legal.

**Palavras-chave:** Amazônia Legal, produção do espaço, capitalismo

### ABSTRACT

This article aims to discuss three explanatory models of production of space in the southeast of the Amazon, with the analysis of the state of Tocantins and Palmas specific to capital. Discussions pervade geopolitical analysis of the region in which the first explanatory model based his ideas on the historical-geography of production space. The second model seeks the basis of the inherited economic theory rangeliana thus establishing a social pact, and finally presents the model of production and reproduction of space in Rosa Luxemburg, that is, capitalism in space domination process creates and recreates non-capitalist relations to play their *modus operandi* in the region. The study is a literature review and results of field research during the course of master's degree in geography at National-TO Porto, which aims to raise discussion on the ways and big capitalist strategies in Southeast Amazon

**Keywords:;** Amazônia Lega, production space, capitalist.

---

<sup>1</sup>Diógenes Alencar Bolwerk – Mestrando do Programa de Geografia da Universidade Federal do Tocantins – [diogenes.bolwerk@hotmail.com](mailto:diogenes.bolwerk@hotmail.com).

<sup>2</sup>Prof. Dr. Roberto de Souza Santos – Professor e pesquisador da Universidade Federal do Tocantins – [robertosantos@uft.edu.br](mailto:robertosantos@uft.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Entende-se a Ciência Geográfica como um campo de investigação que procura fazer uma análise crítica e atual da realidade estabelecendo relações do homem com a natureza. Assim, a Geografia possui instrumentos para realizar diagnóstico preciso da realidade, pois como afirma Santos (2000), o espaço dos geógrafos é onde tudo está contemplado, não apenas os fluxos econômicos [...] “A vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não-poderosos estão presentes”. (SANTOS, 2000, p. 53).

Destarte, este artigo propõe uma revisão bibliográfica, no qual serão abordados os aspectos econômico, histórico, sociocultural da reprodução do espaço na região Sudeste da Amazônia Legal. Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento no qual os dados documentais, pesquisa de campo e fundamentação teórica irão levarão as considerações finais que levará como método da Geografia Crítica (Materialismo Histórico Dialético).

O texto parte da discussão sobre a produção do espaço no Sudeste da Amazônia Legal, caso específico de Palmas, capital do Tocantins. As discussões regionais do capitalismo na Amazônia ressuscitam debates como os apresentados por Oliveira (1991, 2007) e no caso do antigo norte goiano e atual Tocantins autores como Lira (1995) e Brito (2009) ajudam a explicar a tessitura social e rugosidade espacial da região e lançar o olhar de pesquisador, adiante, num trabalho analítico sobre a geopolítica regional.

O objetivo do artigo é analisar os três modelos que explicam a produção do espaço capitalista no Sudeste da Amazônia Legal. Esses modelos procuram analisar as formas e estratégias do grande capitalismo na região. No caso específico deste artigo a análise recai sobre a cidade de Palmas e os condicionantes socioeconômicos que credenciam Palmas como influente entreposto logístico dentro da geopolítica na Amazônia Legal.

Quando abordada as questões relacionadas à Amazônia Legal, é salutar estabelecer o conceito de região. Para a geografia a região compõe importante campo de análise, mas concomitantemente outras áreas do saber utilizam do conceito de região para elaborar seus modelos explicativos, por exemplo, um administrador ou economista usa o termo região para delimitar regiões administrativas e polos econômicos de um território. Todavia, a cooptação do conceito de região por outras áreas do conhecimento acaba tornando a palavra polissêmica, pois como afirma Corrêa (1987) o espectro região é utilizado pelo homem comum até o cientista.

Contudo, mesmo na geografia vários são os entendimentos do conceito de região; de acordo com cada corrente do pensamento geográfico há uma vertente diferenciada. Corrêa (1987, p. 22) afirma que o conceito grandemente utilizado é que “região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si”.

É interessante observar que o pesquisador necessita de critérios na seleção dos conceitos científicos, pois precisam estar diretamente relacionadas com a corrente do pensamento geográfico que se pretende trabalhar. Corrêa (1987, p. 41) tendo como referência Lipietz, assim, considera “o conceito de região e o tema regional sob uma articulação dos modos de produção (...); através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista”. Isto é, o conceito de região perpassa pela discussão que envolve Estado, sociedade, classes sociais e capitalismo.

Desta maneira, uma análise da região recai sob o domínio da Geografia Crítica, no entendimento de que a região não é apenas integração, articulação e interligação, mas acima de tudo os movimentos humanos e naturais que se contradizem e se afirmam num processo dialético que irá configurar o seu espaço.

Oliveira (1981) quando discute a região afirma que esta tende a desaparecer, existindo zonas de localização e diferenciação das atividades econômicas. Abrindo espaço para a homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, assim o conceito de região deve ser repensado. Desta forma, Oliveira (1981) destaca que a região deve ser analisada como espaço da luta de classes, no qual o econômico e o político articulam-se na formação socioespacial.

Desta forma, a região caracteriza-se pelo processo de diferenciação regional que não se dá apenas pela mudança de paisagem ou cultural como compreende alguns autores, mas principalmente pela lógica do capitalismo que ali se instala promovendo dinâmicas no território que vai deste a divisão territorial do trabalho, perpassando aos aspectos culturais e materiais. Corrêa (1987, p. 45-46) assim escreve,

a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

A região não é única e suas interações não são harmoniosas como acreditava a Geografia Clássica de Vidal de La Blache, mas particular, conflituosa onde as especificidades sociais se materializam e adensam a totalidade espaço-temporal. Isto é, “do ponto de vista

marxista, o espaço é considerado como uma complexidade e um todo estruturado. Nesta visão, não é possível pensar no mesmo tempo histórico o processo de desenvolvimento dos diferentes níveis do todo” (LIPIETZ, 1988, p. 17). Lipietz (1988) nos alerta que cada sociedade desenvolve no seu tempo um modo de produção específico que impõe à superestrutura as relações sociais e institucionais e políticas, fazendo dos diferentes níveis do todo, – estrutura complexa.

## **À GÊNESE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM PALMAS-TO**

O primeiro autor que iremos apresentar com a discussão da produção do espaço no Sudeste da Amazônia Legal, caso específico de Palmas é o trabalho de Lira (1995) “A gênese de Palmas”. Lira (1995) fundamenta suas ideias na geografia-histórica de David Harvey, ou seja, para Lira é inconcebível discutir o atual estado do Tocantins sem o resgate geográfico-histórico do antigo Norte Goiás, como também trabalha com Ariovaldo Umbelino de Oliveira numa discussão de uma geografia regional materialista.

De acordo com Lira (1995) para compreensão da geopolítica de Palmas é necessário analisar a inclusão Tocantins dentro do contexto regional amazônico. Pois, o Tocantins apresenta-se como a “novas fronteiras para o avanço do capital estrangeiro/nacional, nessa ‘nova’ região brasileira em detrimento de uma nova regionalização e de uma nova hierarquização do espaço urbano nacional”. (LIRA, 1995, p. 235). Por trás desta “nova” região ou mesmo de uma nova regionalização discutida por Lira, Oliveira (1981) chama atenção.

[...] para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões”, no sentido proposto por essa investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado. (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

Desta forma, as diferenciações regionais que perpassam pela discussão dos aspectos naturais, sociais e culturais seriam paulatinamente sucumbidas ao processo de homogeneização do capital na região pela leitura de Oliveira (1981). Para Lira (1995) a criação do Tocantins e Palmas, são indissociáveis das questões regionais, bem como tangência a problemática da geopolítica da Amazônia. Ou seja, a criação do estado do

Tocantins está diretamente associada a um grupo oligárquico que paulatinamente estava perdendo poder no cenário regional do Centro-Oeste, em particular goiano, rearranja-se e articula-se provocando nova oxigenação do grupo com a criação do estado, e assim, revitaliza seu poder na nova fronteira. Acreditamos que é essa a explicação de Lira (1995) em pauta, pois como o velho disfarçado do novo assume a batuta e o controle do estado. Assim, Oliveira (1991) e Lira (1995) assumem o discurso das fronteiras ideológicas superando as fronteiras geográficas, criando os territórios para o avanço do capitalismo na região.

Tudo isso dentro de uma estratégia de políticas territoriais, através de intervenções, onde o ideológico superava o geográfico. Então tentaremos aqui entender o processo de ocupação e inserção do modo de produção capitalista na “Amazônia Tocantinense”, pela ótica do ideológico se antecipando o geográfico, se intervendo num território, que antes de tudo passaria necessariamente por uma análise geográfica. (LIRA, 1995, p. 179).

A geopolítica territorial vai criando territórios, dentro dos já existentes, no entanto, agora para servir o capitalismo que se insere na região. Lira (1995) reforça esta mesma discussão quando aborda, especificamente, a cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins. Ou seja, do capital privado, do financiamento da especulação nasce uma cidade planejada.

Haveria de se comprometer o governador estadual, com a iniciativa privada e com as instituições internacionais, no sentido de adquirir as verbas para iniciar a construção da capital, visto que seu mandato era apenas de dois anos. Esse comprometimento para o “desenvolvimento”, podemos encontrá-lo em dois níveis de ações administrativa-executiva: a primeira se relaciona com as condições de atração de capital para construir as obras públicas institucionais: Prefeitura Municipal, Palácio do Governo, Assembleia Legislativa, Tribunais e Secretarias de Estado. As estruturas básicas da cidade ficavam a cargo da receita do estado; abertura de avenidas e pavimentação asfáltica. A segunda diz respeito ao capital privado que se encarregaria de participar da construção da cidade através da compra das terras urbanas. O próprio governo estadual foi o responsável pela exploração imobiliária em Palmas, quando este se tornou proprietário de todos os lotes urbanos e ele mesmo efetuava suas vendas, numa propaganda espalhada por todo o país. A cidade, ainda, sem a mínima estrutura, recebe empresários de todas as partes do Brasil, com o objetivo de comprar lotes bem localizados para a especulação. (LIRA, 1995, p. 275-276).

É importante entender o termo cidade planejada para Lira (1995), pois discute Palmas dentro de uma construção geopolítica que arquitetada pelos promotores políticos irão promover o processo de inserção do capital na região. Assim, para este autor a produção do espaço em Palmas é provocada pela luta de grupos políticos e sociais antagônicos e nesta dialética de forças, há reorganização da geopolítica na região. Devido ao centralismo de poder

nas mãos do grupo liderado pelo então governador Siqueira Campos e o seu projeto criacionista tornou-se preponderante e Palmas sai das pranchetas dos arquitetos.

O governador Siqueira Campos, com sua “habilidade” política conseguia ir superando as “dificuldades” surgidas na questão da capital do Estado. E numa demonstração de hegemonia centralista, seu governo, iniciou a construção de Palmas, transformando-a no maior canteiro de obras do País e na maior e única prioridade de seus dois anos de governo. (LIRA, 1995, p. 251).

Lira (1995) analisa as políticas desenvolvimentistas, a entrada de capitais privados e públicos na região, entretanto, não é foco de análise o elemento conservador, isto é, como o capitalismo irá reorganizar-se no espaço tendo o latifúndio, as relações não-capitalistas coexistindo com a capitalista, como se estabelecem as parcerias, visto que como as relações capitalistas se articulam com relações não-capitalistas na região.

## **O MODELO EXPLICATIVO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RANGELIANA**

Já o modelo de Rangel apresentado por Brito (2009) em “O papel de Palmas-TO na rede de integração regional”, trás importante debate. Brito (2009) disserta sobre os processos de formação do Sudeste da Amazônia Oriental fazendo uma importante discussão dos processos de interações socioespaciais do capitalismo na região. Este autor utilizasse como modelo explicativo da produção do espaço no Tocantins, caso específico de Palmas a teoria rangeliana.

Ao tratar sobre a cidade de Palmas, buscou-se analisar um conjunto de fatores que desenhassem a estratégia da criação da cidade. Uma das leituras que contribuíram para tal construção do pensamento tratou-se da teoria rangeliana. (BRITO, 2009, p. 146).

Vejamos o que Brito (2009) apresenta sobre a teoria de Rangel que,

buscou entender o processo histórico da economia brasileira como constituído por fases sucessivas de dualidades. Para cada uma dessas fases, comportavam-se formações econômicas dominantes, tendo uma situada no polo externo e outra, no polo interno da economia. Estas duas formações básicas da economia, controlada por leis próprias se estabelecem no território por um permanente conflito entre si por ser dominantes em seus espaços. (BRITO, 2009, p. 146).

Vale ressaltar que a análise de Rangel, corresponde a uma corrente clássica do marxismo brasileiro ligado a CEPAL<sup>3</sup>, grupo que ficou conhecido como os cepalinos. Guimaraes (1994) esclarece sobre a dualidade rangeliana afirma que “ao tornar-se independente, o Brasil – a sua infraestrutura econômica – estava estruturada em dois polos, um interno e outro externo, cada um desses polos, por sua vez, estruturava-se em um lado interno e em um lado externo”. (GUIMARÃES, 1994, p. 64).

Neste entendimento a dualidade do sistema produtivo brasileiro, coaduna simetricamente com a economia mundial, ou seja, é como se a história do Brasil estivesse direta, necessária e sucessivamente ligada à portuguesa, visto que teríamos que passar pelos mesmos estágios históricos vividos pelos europeus. Brito (2009) assim, provém sobre a interpretação de Rangel.

No período do descobrimento do Brasil (1500), a estrutura econômica europeia estava alicerçada sobre o modo feudal de produção, mas havia modo de produção capitalista baseado sobre o mercantilismo. No caso brasileiro, a Abertura dos Portos (1808) e a Independência do País rompeu com o escravismo pré-capitalista que até então era o modo de produção principal do país. Com este rompimento na estrutura da produção tornou-se possível analisar a dualidade da economia no país. (BRITO, 2009, p. 147).

Nesta perspectiva de Rangel citado por Brito (2009) a História do Brasil começa com a colonização portuguesa, toda tradição dos povos indígenas que aqui habitavam essas terras foram renegadas, ou seja, “o descobrimento”, é visto como processo de evolução social, uma espécie de darwinismo social, pois para o Brasil chegar ao desenvolvimento do capitalismo, teríamos que ter geneticamente os germes dos modos-de-produção escravista e feudal no Brasil. Isto implicar dizer que o grande latifundiário no país – os senhores de engenhos eram equivalentes aos senhores feudais europeus, bem como o escravo equivalente a servos camponeses da Europa.

Na corrente defendida por Rangel/Brito (2009) as sociedades obedecem a uma sucessão histórica e necessária para o seu desenvolvimento, logo para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil e a produção do espaço, é necessário que aqui desenvolvesse o feudalismo, não na sua totalidade Para Rangel (2005), o advento da vinda da família Real para o Brasil e a abertura dos portos, deu início à organização do polo externo brasileiro. O capitalismo mercantil ligado a Portugal assegurou o modo escravista no país deixado pós-colônia. As fazendas de escravos submetidas a Coroa portuguesa pelas relações de suserania e vassalagem, formaram o sócio maior – vassalos/senhores de escravos, que no país se sustentava pelo escravismo e na Europa pelo feudalismo. Os representantes do polo externo, do lado interno era formado pelos comerciantes, em sua maioria não brasileiros, com pouca expressão política, formando o sócio menor do poder. Para Pereira (1993), esta dualidade foi

<sup>3</sup>CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

caracterizada pelo latifúndio feudal, que não é igual ao latifúndio medieval da Europa ou do asiático, mas, que em sua essência lembra o servo feudal. (BRITO, 2009, p. 151).

Vejamos a afirmação de Brito (2009). De acordo com Guimaraes (1994) Rangel acreditava que num período, aproximado de quase dois séculos no Brasil conviveu de forma simultânea, combinada e sequencia da três modos de produção, ou seja, num período inferior a 200 anos vivenciamos no Brasil de forma acelerada um processo histórico que a Europa Ocidental passou por milênios. Guimarães (1994) assim, pronuncia-se sobre a dualidade brasileira de Rangel.

Ignácio Rangel em sua análise marxista da economia brasileira constitui em criar o conceito singular de Dualidade Brasileira pela combinação dialética dos conceitos formais de escravismo, feudalismo e capitalismo (em suas formas mercantil, industrial e financeira). A combinação desses três modos e três formas de produção em sequencia determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas cria o mais econômico modelo da formação socioeconômica brasileira em seus 170 anos de história como Nação independente. (GUIMARÃES, 1994, p. 64).

Como bem afirma Guimarães (1994) o esquema, não é apenas dual em relação aos polos, mas dentro de cada polo há uma dualidade de lados que também articula dialeticamente. Guimaraes (1994) afirma.

Os polos são diferenças econômicas regionais e/ou estruturas dentro de uma economia nacional. Por exemplo, um país pode ser dividir-se em um polo dinâmico e em um polo estagnado [...]. Os lados de cada polo exprimem as relações de produção de cada uma das classes [...]. (GUIMARAES, 1994, p. 64-65).

Nesta condição, o polo dinâmico é sinônimo de polo externo e o polo estagnado é considerado o polo interno, isso porque de acordo com Guimarães (1994, p. 65) “o polo dinâmico tem hegemonia sobre a condução do país como um todo, e, por isso, o polo estagnado aparece como um polo interno”. Assim, Guimarães (1994) afirma que o lado interno diz respeito à economia nacional propriamente dita, já o lado externo diz respeito à parcela da economia mundial em relação com a economia nacional. Desta forma, são construídos os pactos de poder de cada dualidade levando em considerações as leis que regulam o quadro evolutivo, sucessivo e subsequente fases das dualidades. Guimarães (1994) assim descreve.

A classe do polo interno tem como objetivo estratégico a terra, e sobre esta organiza suas duas ordens de interesse, a saber: escravismo e feudalismo na Primeira Dualidade; feudalismo e capitalismo mercantil na Segunda e Terceira Dualidade; na



Quarta dualidade, os interesses convergem: para dentro das porteiras da fazenda, o capitalismo assalariado, para fora o capitalismo comercial e o industrial. A classe do polo externo tem como objetivo estratégico o capital, e os interesses contraditórios, que no polo interno se organizam dentro e fora da porteira da fazenda, se organizam dentro e fora do país: capitalismo mercantil no país e capitalismo industrial no exterior, na Primeira e Segunda Dualidade; capitalismo industrial no país e capitalismo financeiro no exterior, na Terceira e Quarta Dualidades. (GUIMARÃES, 1994, p. 74).

Entenda-se classe como os lados internos e externos dos polos, visto que os lados exprimem as relações de produção de cada classe. Contudo, a discussão da dualidade brasileira leva-nos a reflexão de que o polo interno é o representante do polo estagnado ou “atrasado”, ligado ao campo. Desta forma, o polo externo é o representante do polo dinâmico, ou seja, do capital ligado à cidade. Logo, a dualidade rangeliana estabelece sua contradição máxima, pois o campo representa intimamente as forças pré-capitalistas “atrasadas” e a cidade como genuinamente ligada à burguesia industrial progressista, – as forças capitalistas. Vejamos o que Oliveira (2007) diz respeito desta corrente na Geografia Agrária.

Essa corrente parte do princípio de que há uma penetração das relações capitalistas no campo. De certo modo creem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. Acreditam mesmo que a economia colonial (expressão da política mercantilista dos países europeus) é caracterizada por instituições políticas e jurídicas feudais, que são os instrumentos necessários à dominação econômica das metrópoles. (OLIVEIRA, 2007, p. 10).

Para esta corrente, de acordo com Oliveira (2007) a sucessão histórica dos modos-de-produções é necessária, isto é, dentro do modo-de-produção já existe embutido o seu contraditório, sua negação, o germe de sua contradição. Oliveira (2007) faz duras críticas a esta corrente, pois de acordo com essa corrente o camponês estaria em vias de extinção pela substituição do trabalho assalariado no campo. Esta substituição aconteceria pelas forças antagônicas que se instalariam no campo, ou seja, na sociedade brasileira.

Rangel, enquanto teórico da dual-estruturacepalina, também ratificava as teorias das diferentes fases de desenvolvimento do país, marcadas pelos ciclos econômicos: açúcar, ouro, café e industrialização. Entretanto, este modelo explicativo da produção do espaço provoca a dicotomia de setores “atrasados” e setores “modernos” e cria um modelo explicativo, apenas do viés do subdesenvolvimento, como se tentando justificar o porquê não

alcançamos os níveis de desenvolvimento dos chamados países capitalistas desenvolvidos. Oliveira (1972) assim escreve.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 1972, p. 7).

Para Oliveira (1972) o discurso do subdesenvolvimento tem como finalidade apenas o pano de fundo ideológico para mascarar a exploração das economias dos países capitalistas desenvolvido sem detrimento dos países em que o desenvolvimento do capitalismo não estaria no mesmo nível. Oliveira (1972) também afirma que há um equívoco do modelo dual-estrutural cepalino em superestimar o desenvolvimento industrial do Brasil após-1930 pela substituição das importações, visto que o mundo em crise de produção por causa de 1929, o Brasil agora teria de desenvolver sua indústria.

Com o colapso das relações externas, essa hegemonia desemboca no vácuo; mas, nem por isso, “ipso facto” entram em ação mecanismos automáticos que produzissem a industrialização por “substituição de importações”. Estavam dadas as condições necessárias, mas não suficientes. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. (OLIVEIRA, 1972, p. 35).

Acreditar que somente a substituição de importações produziu o processo de industrialização é maximizar a importância do consumo e diminuir o valor da produção, enquanto motor do modo-de-produção capitalista, ou seja, é analisar o desenvolvimento capitalista, apenas como uma atividade que se realiza no mercado consumido, desprezando o processo produtivo e a divisão da sociedade em classes. Desta forma, Oliveira (1972) aponta como fio condutor da industrialização brasileira, a crise de 1929, que irá promover uma nova divisão internacional do trabalho (1930-1945).

Esta divisão internacional do trabalho será articulada por uma forte promoção do Estado enquanto indutor de recursos e políticas públicas, bem como uma transferência de capital do setor agrário para o industrial, divisão internacional do trabalho “pela divisão internacional do trabalho, na escala do mundo capitalista. Essa formulação é, a meu ver, muito mais correta que a da tradição cepalina”. (OLIVEIRA, 1972, p. 8).

A análise de Oliveira (1972) vê na articulação de fatores que contribui para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como: intervenção do Estado na economia com investimentos de infraestrutura e regulação das leis trabalhistas; formação de uma burguesia industrial; transferência de renda do campo para cidade; migrações que promoveram aumento da força de trabalho no setor de serviços para formar exército de mão-de-obra como forma de abaixar os custos de contratações de trabalhadores.

Estruturação da economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão já discutida da incapacidade ou não do Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a consequente "inchação" ou adequação do tamanho do Terciário. Em primeiro lugar, conforme já se demonstrou, as variações do incremento do emprego no Secundário são, em boa medida, conjunturais; em segundo lugar, as maiores taxas de incremento do emprego nos serviços de Consumo Pessoal — a "inchação" — se dá exatamente quando o incremento do emprego no Secundário se acelera. Pretende-se haver demonstrado que os crescimentos dos dois setores, nas formas em que se deu no período pós-1930, revelam condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil. (OLIVEIRA, 1972, p. 36-37).

Logo, Oliveira (1972) em “A economia brasileira: crítica à razão dualista” rejeita a tese dos polos atrasados e moderno. Assim, acaba por discutir que o capitalismo no Brasil, não apenas reforçava as formas socioeconômicas “atrasadas”, como afirma os cepalinos, o subdesenvolvimento, como também se nutria delas para o desenvolvimento capitalista no país. Oliveira (1972) chama atenção para a expansão do capitalismo no Governo Kubitschek<sup>4</sup> até o Regime Militar destacando um processo de intensificação, aprofundamento e contradições do capitalismo no país. Oliveira (1972) não nega a importância do setor de consumo, mas adverte que o setor terciário só desenvolve-se plenamente quando tem um setor de produção – secundário pujante.

## **O MODELO EXPLICATIVO DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO – LUXEMBURGO**

Iremos apresentar outro modelo explicativo, agora sob a ótica da reprodução, ou seja, dar ênfase a reprodução do capitalismo, isto é, analisa a reprodução do espaço levando outros elementos na discussão teórica. Assim, Luxemburg afirma.

Reprodução, tomada literalmente, é simplesmente reiteração, repetição, renovação do processo de produção. À primeira vista, não se percebe em que se diferencia

<sup>4</sup>Juscelino Kubitschek presidente de 1956-1960.

realmente o conceito de reprodução do conceito de produção universalmente entendido como tal, e por que motivo seria necessário aqui uma expressão nova e estranha. Mas é exatamente na repetição, na constante retomada do processo de produção, que se coloca um aspecto importante. Em primeiro lugar, a repetição regular do processo de produção é o pressuposto geral e fundamento de um consumo regular; com isso, constitui a condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas. (LUXEMBURG, 1984, p. 7).

A discussão de Luxemburg (1984) é pertinente, pois em muitos casos o processo produtivo e reprodutivo do sistema capitalista é indiferenciado, mas nas análises teóricas Luxemburg (1984, p. 7) ainda diz “A produção não pode ser retomada e a reprodução não pode ocorrer, se não existirem condições prévias resultante do período produtivo anterior”. Nesta teoria à reprodução regula os ciclos produtivos, o consumo, o domínio da natureza, os aspectos históricos, os sociais, os culturais das sociedades e geograficamente, regula a formação socioespacial.

Neste sentido, o conceito de reprodução significa algo mais do que a simples repetição: ele já pressupõe determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade ou, em termos econômicos, determinado grau de produtividade do trabalho. (LUXEMBURG, 1984, p. 8).

Luxemburg (1984) argumenta que o domínio da agricultura, domesticação de animais, pastoreio e à produtividade do trabalho, provocaram ciclo regular da produção e consumo, característicos da reprodução. Assim, escreve.

O processo produtivo consiste na unidade de dois elementos diferentes, ainda que estreitamente interligados: as condições técnicas e as condições sociais, ou seja, a configuração específica da relação dos homens com a Natureza e a configuração das relações dos homens entre si. A reprodução depende igualmente de ambas. (LUXEMBURG, 1984, p. 8).

Luxemburg (1984) discute que o modelo capitalista traduz-se pela ausência de regulação planificada (modelo clássico liberal), sendo que a troca apresenta-se como vínculo social existente na sociedade. Para Luxemburg (1984) o processo de reprodução capitalista assume a forma de um problema, devido os seus aspectos histórico-sociais. Isto é, como desenvolve o capitalismo em uma região? Amazônia no qual não encontramos processos exclusivamente capitalistas! Os teóricos da corrente que afirma a sucessão histórica dos modos-de-produção irão afirmar a necessidade da sucessão: escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. Para corrente sucessória dos modos-de-produção econômica do capitalismo é exclusivamente endógeno, ou seja, os processos são conduzidos

pela classe proletária e sua antagônica – classe burguesa. Nesta ótica não há a possibilidade de uma classe externa, fora do sistema.

Oliveira (2007) corrobora com a ideia que o capitalismo não é um sistema fechado, endógeno autossuficiente, mas sim um sistema aberto, no qual outras relações sociais não-capitalistas de produção existam para garantir um processo de mais-valia ampliada, dando a possibilidade de o sistema retroalimentar-se com maior eficiência garantindo desta maneira o seu ciclo produção e reprodução do capitalismo.

Entretanto, é preciso entender que o processo de reprodução do capitalismo não regula, apenas, as relações econômicas, mas reproduz também o social e o espaço. Luxemburg (1984, p. 12) afirma que “a fabricação de mercadorias não é o objetivo do produtor capitalista; é apenas um meio para a apropriação de mais-valia”. Corrêa (1997) também escreve que a reprodução do capital é fundamental para compreender as interações espaciais.

As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes. (CORRÊA, 1997, p. 280).

Fazendo uma análise materialista na região sobre o aspecto das interações espaciais descrita por Corrêa (1997), podemos perceber as diferenciações que acontecem nas regiões, provocando o que Santos (1996) chama de rugosidades, ou seja, as diferenciações no tempo-espaço. Sobre a mais-valia Luxemburg afirma.

A mais-valia é a meta final e mola propulsora do produtor capitalista. As mercadorias que ele fabrica devem, após a realização, repor todos os gastos, além de render determinada soma de valor, que, não correspondendo a quaisquer daqueles gastos, seja um excedente líquido. (LUXEMBURG, 1984, p. 11).

Desta forma, Luxemburg (1984) explicita que a finalidade do sistema capitalista é a produção de mais-valia, ou seja, a reprodução simples de capital na relação clássica capital e trabalho. Entretanto, é necessário entender que o modelo clássico da reprodução do capitalismo não explica totalmente o ciclo de produção e reprodução do espaço no Tocantins, isso porque este esquema explica a reprodução simples do capital. Isto é, o processo endógeno conduzido pela classe trabalhadora e pela classe capitalista, em outras palavras a reprodução

simples acontece em relações sociais puramente capitalistas. Sendo assim, continuamos como problema de reprodução do espaço tocantinense, pois neste existem elementos fora das relações endógenas, ou seja, as relações exógenas.

Sob o domínio do capitalismo a sociedade não se compõe apenas de capitalistas e operários assalariados. [...]. Deve ser, pois, a demanda dessas camadas, dos que não são nem capitalistas, nem operários, que torna necessária a ampliação da reprodução. (LUXEMBURG, 1984, p. 78-79).

Luxemburg (1984) afirma que estas relações exógenas não significam exceções dentro do ciclo de produção e reprodução do capitalismo, mas sim relações que estão presentes na sociedade, portanto são incorporadas pelo capitalismo, tornando-se assim, necessárias para o incremento de mais-valia. Logo, não é algo externo que tende a desaparecer por completo, mas que é recriado pelo sistema quando lhe convém incrementar a produção de mais-valia ampliada.

Produção capitalista não é produção de objeto de consumo, nem mercadorias simples, mas uma produção de mais-valia. Em termos capitalistas, a reprodução ampliada significa, portanto, incremento de mais-valia.[...]. Sob o domínio do capital, a fórmula geral da reprodução ampliada assume a seguinte forma:  $(c + v) + m/x + m'$ , onde  $m/x$  representa a parte capitalizada da mais-valia apropriada no período produtivo anterior e  $m'$  a mais-valia nova, produzida pelo capital acrescido. (LUXEMBURG, 1984, p. 14-15).

Vale ressaltar que a teoria de Luxemburg (1984), é discutida no Brasil pela Geografia Agrária que afirma que o capitalismo recria condições de relações sociais não-capitalistas no campo quando lhe convém aumentar sua mais-valia, garantido assim, uma reprodução ampliada do lucro líquido do capital. Oliveira (2007) corrobora com esta corrente quando discute as questões agrárias no Brasil e da criação do camponês. É importante destacar que na fórmula de reprodução ampliada –  $m/x$  representa a mais-valia apropriada no período anterior. Na maioria dos casos esta parte da mais-valia aplicada na reprodução ampliada é fruto de um processo de reprodução simples, ou seja, capital líquido deslocado da reprodução simples para a reprodução ampliada. “Para ampliar sua reprodução, ele necessita de meios de produção e mão-de-obra adicionais, além de meios de subsistência destinados à mão-de-obra”. (LUXEMBURG, 1984, p. 16-17).

Desta maneira, o entendimento de que o capital inicial – constante, podendo ser dividido em capital variável e depois renovado dentro das condições da reprodução capitalistas, no qual reconhecemos na mais-valia o processo motriz de renovação e reprodução do ciclo. A reprodução ampliada soma-se de forma significativa no aumento de

mais-valia, pois ao utilizar relações não-capitalistas aumentaria a exploração do trabalhador e teria maior lucro líquido, dando assim, condições mais seguras da reprodução do sistema.

Para Luxemburg (1984) o sistema capitalista não se compõe, apenas, de capitalistas e trabalhadores é um sistema aberto que sempre depara com o problema da reprodução na sociedade, pois os aspectos históricos, espaciais e sociais devem ser levados em consideração na formação do território. “Em consequência, portanto, de tais aspectos puramente histórico-sociais, o processo de reprodução na sociedade capitalista assume a forma de um problema singular, bem complicado”. (LUXEMBURG, 1984, p. 9). Pois certas regiões não têm ou mesmo não apresentam relações totalmente capitalistas, isto é, uma economia genuinamente de mercado nas relações de produção.

Mas para que novos trabalhadores possam trabalhar com novos meios de produção, é necessário que – do ponto de vista capitalista – haja de antemão uma razão para ampliar a produção, uma nova demanda de produtos que se deva elaborar (LUXEMBURG, 1984, p. 78).

Entretanto, as relações exógenas não representam um pacto que o capitalismo faz na região, mas uma forma de configuração socioespacial de dominação que assume impreterivelmente uma dimensão espacial, ou seja, o capitalismo avança em regiões espacialmente de formação ainda não-capitalista em sua totalidade criando novas formas de relações, com o intuito de ampliação de mais-valia. É nesta lógica que Palmas surge, é erguida, como nova fronteira para o desenvolvimento do capitalismo na região amazônica tocantinense. Uma cidade formada para atender à lógica do capital e não do social.

Assim, o avanço capitalista em formações socioespaciais ainda não totalmente capitalistas tende a produzir mais-valia ampliada, isto é, em última análise seria acumulação primitiva de capitais. Isto porque o capitalismo dispõe de diferentes formas de exploração, seja o modelo clássico de exploração de classe (reprodução simples de mais-valia), ou espoliativo atrelado à acumulação primitiva de capital (reprodução ampliada de mais-valia).

Sendo assim, as análises do esquema de reprodução ampliada de mais-valia em Luxemburg (1984) nos ajudam a entender a configuração socioespacial no Tocantins e em Palmas, pois explica como o capitalismo num processo de dominação do espaço recria relações não-capitalistas para reproduzir seu *modus operandi* na região. Pois,

o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram

ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. (LUXEMBURG, 1984, p. 250-251).

Logo, a formação socioespacial de Palmas, configura-se como um conjunto articulado de arranjos institucionais, burocráticos e político que promoveram um processo intensificado e em expansão de instalações de infraestrutura para promover a circulação de cargas. Acreditamos que a articulação combinada entre os circuitos definem os contornos da região. Assim, podemos afirmar que Palmas tem a primazia sobre os outros municípios do estado. Fato este que poderia ser confirmado por atender as prerrogativas do circuito superior como, por exemplo, ser capital do estado, sua posição geográfica central no território brasileiro e no estado, e principalmente por ser a cidade que melhor atende os critérios de infraestruturas de transportes, energéticas e de pesquisa (ensino). Já no circuito inferior garante Palmas com controle político e administrativo do estado, é um espaço mais fracionado, mais amplo, contudo mais diversificado. Estes aspectos garantem a funcionalidade da cidade que atendem a exigência do circuito superior ou moderno e sua formação socioespacial como creditava Milton Santos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desta forma, os três modelos procuram analisar a reprodução do espaço no Sudeste da Amazônia Legal, observando ou destacando a cada modelo sua ótica particular e dialética deste espaço. Ora visto numa perspectiva da geografia-histórica resgatando os elementos contraditórios e controversos da produção do espaço no Tocantins; ou pela perspectiva econômica rangeliana das fases sucessórias para explicar o adensamento do capitalismo na região. Na perspectiva de Luxemburg que utilizam de categorias históricas como discussão para afirmar que o capitalismo também se instala em regiões onde não estão claramente definidas apenas relações endógenas (capital e trabalho), mas também exógenas não-capitalistas nas relações sociais do capitalismo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Eliseu Pereira de. *O papel de Palmas-TO na rede de integração regional*. 2009, 260f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourado-MS: UFGD, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. p. 279-318.

GUIMARÃES, César. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 14, n. 4 (56), p. 62-75, out./dez. 1994.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas – Tocantins*. 1995, 293f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: UNESP, 1995.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuições ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar*. 2 ed. Campinas-SP: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*, SP: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

\_\_\_\_\_. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Recebido para avaliação até 28/11/2015

Aprovado até 15/12/2015